

Banco Randon S.A.

Demonstrações financeiras
de 30 de junho de 2022
com Relatório do Auditor
Independente

Banco Randon S.A.
CNPJ 11.476.673/0001-39
NIRE 43300051412

Relatório da Administração

Caxias do Sul - RS, 08 de agosto de 2022.

1º Semestre de 2022

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente.

O Banco Randon S/A ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco permanece com foco no financiamento da cadeia de negócios das Empresas Randon. Desta forma, está alinhado com sua missão de ofertar serviços financeiros competitivos e rentáveis que suportem as políticas comerciais e fortaleçam os negócios das Empresas Randon. Além disso, vêm sendo promovidas iniciativas para o desenvolvimento de soluções financeiras digitais e para o aumento da sinergia com as demais unidades de negócios. O Banco também tem desenvolvido e promovido ações que visam atuar de forma mais ativa com fomento de produtos e serviços voltados ao setor de transporte e logística.

Desempenho: O Banco encerrou o 1º semestre de 2022 com carteira de crédito de R\$ 1.464,0 milhões, sendo 97% classificados nos *ratings* AA, A e B. No 1º semestre de 2022, o Banco gerou receitas da intermediação financeira no valor de R\$ 94,4 milhões e apresentou lucro líquido de R\$ 6,7 milhões. Conforme exposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, o Banco procede com a revisão semestral de rating, que também poderá ocorrer a qualquer tempo se forem identificadas situações econômicas e/ou conjunturais de clientes/grupos econômicos que ofereçam algum risco de descumprimento dos compromissos.

Os clientes em recuperação judicial são avaliados tão logo o Banco tome conhecimento da ação. Considerando que operações com garantias reais (alienação fiduciária/hipotecas) não sejam passíveis de enquadramento nas recuperações judiciais, o Banco leva a classificação de rating ao nível adequado de provisionamento conforme definição e avaliação do Comitê de Crédito.

O Estatuto Social do Banco prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, sendo o saldo remanescente incorporado ao patrimônio líquido. O Conselho de Administração poderá decidir por percentual superior ao definido em Estatuto. Até o momento não foram realizados aumentos de capital por incorporação de reservas de lucros.

Negócios sociais - O Banco contribui com dotações para o Instituto Elisabetha Randon (IER), uma Organização de Sociedade Civil com Interesse Público (OSCIP) que tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento social, por meio de ações direcionadas à educação, à cultura, à assistência social e ao estímulo à prática do voluntariado. O IER mantém programas sociais voltados à comunidade, destacando-se: Programa Florescer, com a missão de preparar crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social para o exercício da cidadania, promovendo a melhoria da

qualidade de vida; Programa Florescer Iniciação Profissional, realizado por meio de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o programa atende adolescentes entre 15 e 16 anos, que participam de um curso técnico-profissionalizante na área de Assistente Administrativo e Programa Vida Sempre, que promove a educação para a segurança no trânsito. O Banco também contribui com doações através de incentivos fiscais para entidades de cunho social.

Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Conselho de Administração:

Alexandre Randon – Presidente

Jaime Marchet – Vice-presidente

Geraldo Santa Catharina - Conselheiro

Diretoria:

Joarez José Piccinini - Diretor Superintendente

Augusto Giongo Letti – Diretor Administrativo

David Jose Teixeira Felix – Diretor Comercial

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do,

Banco Randon S.A.

Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

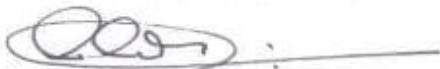
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP015199/F-7



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativo			
Disponibilidades	5	101	42
Instrumentos financeiros		1.500.784	1.425.801
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	2.737	35.903
Títulos e valores mobiliários	6	33.967	21.132
Relações Interfinanceiras	7	38	-
Operações de crédito	8.a	1.434.531	1.205.325
Outros créditos	8.a	29.511	163.441
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.b	(14.130)	(13.357)
Operações de crédito		(13.933)	(12.358)
Outros créditos		(197)	(999)
Ativos fiscais		12.115	10.018
Diferidos	19	12.115	10.018
Outros ativos	9	7.998	8.858
Créditos diversos		472	434
Outros valores e bens		7.526	8.424
Imobilizado de uso	10	346	287
Imobilizações de uso		817	727
(Depreciação acumulada)		(471)	(440)
Intangível	10	1.267	289
Ativos intangíveis		1.709	692
(Amortização acumulada)		(442)	(403)
Total do ativo		1.508.481	1.431.938
Passivo e patrimônio líquido			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.225.317	1.202.846
Depósitos	11	678.449	726.470
Depósitos interfinanceiros		388.596	460.073
Depósitos a prazo		289.815	266.397
Outros depósitos		38	-
Obrigações por empréstimos e repasses	12	546.868	476.376
Provisões	13	840	840
Obrigações fiscais correntes e diferidas	14	5.692	8.555
Outros passivos	15	13.267	6.888
Resultado de exercícios futuros	16	-	5.762
Patrimônio líquido	17	263.365	207.047
Capital social		235.000	185.000
Reservas de lucros		21.931	22.005
Ajustes de avaliação patrimonial		42	42
Lucros acumulados		6.392	-
Total do passivo e patrimônio líquido		1.508.481	1.431.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Receitas da intermediação financeira		94.430	40.469
Operações de crédito	18	88.839	39.865
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		5.591	604
Despesas da intermediação financeira		(65.445)	(20.199)
Operações de captação no mercado	11	(35.404)	(6.138)
Operações de empréstimos e repasses	12	(27.021)	(14.098)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de outros créditos	8.d	(3.020)	37
Resultado bruto da intermediação financeira		28.985	20.270
Outras receitas/despesas operacionais		(16.941)	(9.896)
Receitas de prestação de serviços		34	57
Rendas de tarifas bancárias		1.164	1.334
Despesas de pessoal		(5.251)	(4.405)
Outras despesas administrativas	20	(11.035)	(4.790)
Despesas tributárias		(1.703)	(1.048)
Outras receitas operacionais		75	879
Outras despesas operacionais		(225)	(1.923)
Resultado antes dos tributos		12.044	10.374
Tributos sobre o lucro	19.a	(5.315)	(4.481)
Provisão para imposto de renda		(4.059)	(2.367)
Provisão para contribuição social		(3.353)	(1.962)
Ativo fiscal diferido		2.097	(152)
Lucro líquido do semestre		6.729	5.893
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações	17	228.838	184.195
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,029	0,032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido no semestre	6.729	5.893
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para o resultado	-	-
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Randonprev	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	6.729	5.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre		6.729	5.893
Ajustes ao resultado:			
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		3.821	(76)
(Reversão) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos		(801)	39
Constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	13	-	157
Constituição de provisão para outros pagamentos		56	87
(Reversão) de provisão de outros valores e bens	9.a	(41)	(430)
Depreciações e amortizações		70	49
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	19.a	5.315	4.481
Juros sobre dívida subordinada		-	188
Lucro líquido ajustado		15.149	10.388
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(12.835)	(8.874)
(Aumento) em operações de crédito		(231.452)	(27.657)
Redução (aumento) em outros créditos		133.891	(7.656)
Redução em outros valores e bens		938	2.404
(Redução) em depósitos interfinanceiros		(71.477)	(50.977)
Aumento em depósitos a prazo		23.418	44.599
Aumento em obrigações por emissão de letras financeiras		-	405
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		70.492	56.040
Aumento (redução) em outras obrigações		8.629	(2.920)
(Redução) em resultados de exercícios futuros		(5.762)	(748)
Impostos pagos sobre o lucro		(10.275)	(7.523)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(79.284)	7.481
Aquisição de imobilizado de uso			
Aquisição de intangível	10	(90)	(76)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento	10	(1.107)	(70)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento			
Dividendos pagos	17.b	(2.716)	(2.384)
Dívida subordinada paga		-	(60.193)
Integralização de capital	17.a	50.000	50.000
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		47.284	(12.577)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(33.107)	(5.242)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5	35.945	11.939
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	5	2.838	6.697
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(33.107)	(5.242)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	135.000	2.365	12.637	41	-	150.043
Integralização de capital	50.000	-	-	-	-	50.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	5.893	5.893
Dividendos AGO 13/04/2021	-	-	(397)	-	-	(397)
Destinação:						
Reserva legal	-	295	-	-	(295)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	185.000	2.660	12.240	41	5.598	205.539
Saldos em 31 de dezembro de 2021	185.000	2.850	19.155	42	-	207.047
Integralização de capital	50.000	-	-	-	-	50.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	6.729	6.729
Dividendos AGO 13/04/2022	-	-	(411)	-	-	(411)
Destinação:						
Reserva legal	-	337	-	-	(337)	-
Saldos em 30 de junho de 2022	235.000	3.187	18.744	42	6.392	263.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco"), sediado na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, sala 03, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul – RS, foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, sem carteira comercial, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, *Floor Plan* e Vendor, empréstimos nas modalidades crédito pessoal e consignado, capital de giro, além de direitos creditórios descontados. Também são ofertados serviços financeiros tais como Cessão de Direitos Creditórios e Investimentos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

O Banco é controlado diretamente pela Randon Investimentos Ltda, indiretamente pela Randon S.A. Implementos e Participações, e como controlador do grupo econômico a Dramd Participações e Administração Ltda.

1.1. Impactos Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Coronavírus (COVID-19) originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia.

Considerando que os efeitos da COVID-19 não são mais representativos para a Administração, o Banco permanece mantendo algumas medidas adotadas na época, tais como: higienização de ambientes coletivos e trabalho à distância.

Sendo assim, a Administração avaliou que não há mais riscos e impactos contábeis, bem como incertezas que possam afetar as referidas contabilizações e divulgações expressas nas demonstrações financeiras, assim como não há riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As presentes demonstrações financeiras de 30 de junho de 2022 refletem as alterações previstas na Resolução BCB 2/2020 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução 4.818/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico - Estrutura Conceitual – Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 01 (R1) - Redução do valor recuperável de ativos – Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa – Resolução CMN nº 4.818/20;

- CPC 04 (R1) – Ativo intangível – Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – Resolução CMN 3.989/11;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de Erro – Resolução CMN 4.924/21;
- CPC 24 – Eventos subsequentes – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 – Ativo imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – Resolução CMN nº 4.877/20;
- CPC 41 – Resultado por ação – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 46 – Mensuração do valor justo – Resolução CMN nº 4.924/21.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 08 de agosto de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata*” dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Apresentação do balanço patrimonial

Considerando o exposto no art. 23 da Resolução BCB 2/2020, as contas do balanço patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, e não mais segregadas em circulante e não circulante, sendo a segregação apresentada apenas nas notas explicativas correspondentes. O conceito de segregação em circulante e não circulante, obedece aos requisitos expostos no art. 20 e 21 do mesmo normativo.

d) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por passivos contingentes, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

g) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) *Títulos para negociação* - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) *Títulos disponíveis para a venda* - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) *Títulos mantidos até o vencimento* - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

h) Operações de crédito

As operações de crédito (empréstimos, direitos creditórios descontados e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação e financiamento ativos não financeiros mantidos para venda) estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00.

As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização (*"accrual"*) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo (*"write-offs"*) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

i) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

j) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

k) Ativos não financeiros mantidos para venda

Em alguns casos, os bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, com base em laudo de avaliação e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.747/19, do CMN. Sendo o montante registrado em "Ativos não financeiros mantidos para venda".

l) Imobilizado de uso

Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.535/16, do CMN.

m) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de software e sistemas de processamentos de dados) que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo, ajustado por amortizações acumuladas mencionadas na Nota 10, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica considerando o prazo de cinco anos, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.534/16, do CMN.

n) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda, refletindo seus impactos no resultado.

o) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

p) Obrigações por empréstimos e repasses

As operações com cláusulas de atualização monetária e as operações com encargos pré-fixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata" dia com base na taxa efetiva das operações.

q) Ativos e passivos contingentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes - são reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- Passivos contingentes - são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

r) Demais passivos circulantes e não circulantes

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridos, assim como provisão para perda, quando julgada necessária.

s) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social -PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis no semestre são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A alíquota da contribuição social será majorada para 21% no período de 1º de agosto de 2022 à 31 de dezembro de 2022. A partir de janeiro de 2023 a alíquota da contribuição social retornará para 20%.

A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do exercício-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

t) Resultado de exercícios futuros

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos. Com a alteração prevista na Resolução BCB nº 92 de 06 de maio de 2021, art. 9º, os saldos referentes a essas receitas, que eram classificados no grupo Resultado de exercícios futuros até 31 de dezembro de 2021, foram reclassificados para o grupo de Outras obrigações - Diversas - Credores diversos - País a partir de janeiro de 2022.

u) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

v) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é um dos patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

O Banco reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, liquidados dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com o objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pelo Banco, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

w) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características do Banco ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é avaliada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para riscos cíveis e trabalhistas, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários.

Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são destacadas a seguir:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando critérios de provisionamento definidos pelo BACEN nas Resoluções nrs. 2.682/99 e 2.697/00 associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

b) Impostos diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os requisitos expostos na Resolução 4.842/2020 do CMN e aplicados nos estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 19.

c) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Instituição reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2022	31/12/2021
Operações compromissadas – posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	-	24.404
Notas do Tesouro Nacional	2.737	11.499
	<u>2.737</u>	<u>35.903</u>
Disponibilidades	101	42
Total	2.838	35.945
Circulante	2.838	35.945

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado, sendo estes com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

6. Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação	Até 12 meses	Acima de 12 meses	30/06/2022	Valor de custo	Marcação a mercado	31/12/2021
			Valor de mercado (contábil)			Valor de mercado (contábil)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	33.967	33.967	34.204	(237)	21.132

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

7. Relações interfinanceiras

	30/06/2022	31/12/2021
Créditos vinculados - Ativo		
Depósitos de moeda eletrônica no Banco Central (a)	38	-
Total	38	-
Circulante	38	-

(a) Destina-se ao registro dos valores recolhidos ao Banco Central do Brasil, com base nos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas (Nota 11).

8. Operações de crédito

As informações da carteira em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são assim sumarizadas:

a) Composição da carteira por modalidade

	30/06/2022		31/12/2021	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Operações de Crédito				
Empréstimos (a)	19.905	1,36	22.882	1,67
Direitos creditórios descontados	30.961	2,11	32.841	2,40
Financiamentos (b)	1.383.665	94,51	1.149.602	83,99
Total	1.434.531	97,98	1.205.325	88,06
Circulante	967.877	66,11	821.851	60,04
Não circulante	466.654	31,87	383.474	28,02
Outros créditos				
Cessão de direitos creditórios sem coobrigação (c)	27.076	1,85	161.506	11,80
Financiamento ativos não financeiros (d)	2.435	0,17	1.935	0,14
Total	29.511	2,02	163.441	11,94
Circulante	27.765	1,90	161.735	11,82
Não circulante	1.746	0,12	1.706	0,12
Total da carteira	1.464.042	100,00	1.368.766	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo de crédito pessoal, crédito pessoal consignado e capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compror (*Floor Plan*).

(c) Referem-se a títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, contabilizados em outros créditos diversos.

(d) Referem-se a devedores por compra de valores e bens advindos de financiamento de ativo não financeiro mantido para venda, contabilizado em outros créditos diversos.

b) Diversificação da carteira por vencimento

	30/06/2022		31/12/2021	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Vencidos:				
Até 90 dias	2.761	0,19	2.650	0,19
De 91 até 360 dias	338	0,02	447	0,03
Acima de 361 dias	-	-	163	0,01
Total vencidos	3.099	0,21	3.260	0,23
A vencer:				
Até 90 dias	766.687	52,37	794.644	58,06
De 91 até 360 dias	225.856	15,43	185.845	13,58
Acima de 361 dias	468.400	31,99	385.017	28,13
Total a vencer	1.460.943	99,79	1.365.506	99,77
Total	1.464.042	100,00	1.368.766	100,00
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
Circulante	(9.255)	65,50	(8.230)	61,62
Não circulante	(4.678)	33,10	(4.128)	30,91
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(13.933)	98,60	(12.358)	92,53
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos				
Circulante	(155)	1,10	(948)	7,09
Não circulante	(42)	0,30	(51)	0,38
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	(197)	1,40	(999)	7,47
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(14.130)	100,00	(13.357)	100,00
Total da carteira líquida das provisões	1.449.912		1.355.409	

c) Diversificação da carteira por nível de concentração

	30/06/2022		31/12/2021	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	46.063	3,15	38.400	2,81
20 maiores devedores seguintes	440.111	30,06	413.096	30,18
Demais devedores	977.868	66,79	917.270	67,01
Total	1.464.042	100,00	1.368.766	100,00

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	% de Provisão Resolução CMN 2.682/99	30/06/2022		31/12/2021	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	421	-	2.140	-
A	0,50%	754.112	3.771	765.969	3.830
B	1,00%	664.851	6.648	558.729	5.587
C	3,00%	23.659	710	28.260	848
D	10,00%	11.726	1.172	3.904	391
E	30,00%	2.263	679	114	34
F	50,00%	191	96	120	60
G	70,00%	250	175	68	48
H	100,00%	869	869	2.549	2.549
Total		1.458.342	14.120	1.361.853	13.347

Nível de risco	Provisão Resolução CMN 4.855/20 (a)	30/06/2022		31/12/2021	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
A	0,50%	3.372	3	4.342	4
B	1,00%	1.768	4	2.338	5
C	3,00%	560	3	233	1
Total		5.700	10	6.913	10

Total da carteira	1.464.042	14.130	1.368.766	13.357
--------------------------	------------------	---------------	------------------	---------------

(a) Operações relacionadas ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI - Peac), aonde a União assumiu parcialmente as garantias dos valores da operação e a provisão é permitida somente sobre a parcela do valor contábil cujo risco de crédito é detido pela instituição.

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	13.357	11.124
Constituição de provisão	9.091	16.582
Reversão de provisão	(6.071)	(13.445)
Créditos baixados contra prejuízo (b)	(2.247)	(904)
Saldo final	14.130	13.357

(b) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem às práticas contábeis descritas na Nota 3.h.

e) Composição da carteira por indexador

	30/06/2022		31/12/2021	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	1.138.656	77,77	1.075.792	78,60
Operações pós-fixadas	325.386	22,23	292.974	21,40
Total	1.464.042	100,00	1.368.766	100,00

f) Composição da carteira por atividade econômica e tipo de cliente

	30/06/2022		31/12/2021	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	55.654	3,80	185.992	13,59
Comércio	636.660	43,49	539.958	39,45
Serviços	751.330	51,32	622.410	45,47
Pessoa jurídica	1.443.644	98,61	1.348.360	98,51
Pessoa física	20.398	1,39	20.406	1,49
Total	1.464.042	100,00	1.368.766	100,00

g) No semestre findo em 30 de junho de 2022 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$5 (R\$ 84 em 30 de junho de 2021) – (Nota 18).

h) No semestre findo em 30 de junho de 2022 foram renegociadas operações no total de R\$27.284 (R\$36.217 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

i) Cessões de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o Banco adquiriu através de cessão de direitos creditórios, sem coobrigação, R\$ 27.076 (R\$ 161.506 no exercício de 2021). Deste montante, R\$ 26.452 é referente a duplicatas de fornecedores das Empresas Randon e R\$ 624 refere-se a duplicatas de terceiros. As operações adquiridas geraram resultado de R\$ 3.389 no período (R\$ 1.793 no exercício de 2021). No semestre findo em 30 de junho de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

9. Outros ativos

	30/06/2022	31/12/2021
Outros créditos diversos	472	434
Adiantamentos diversos	198	154
Devedores diversos – país	151	157
Depósitos judiciais (Nota 13)	123	123
Outros valores e bens	7.526	8.424
Ativos não financeiros mantidos para venda, líquido de provisões (a)	7.406	8.185
Despesas antecipadas	120	239
Total	7.998	8.858
Circulante	592	673
Não circulante	7.406	8.185

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	30/06/2022			31/12/2021	
	Custo	Provisão para desvalorização	Provisão para despesa de venda	Custo líquido de provisão	Custo líquido
Imóveis	8.798	(999)	(393)	7.406	8.185
Total	8.798	(999)	(393)	7.406	8.185

Movimentação da provisão para desvalorização e despesa de venda:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.433	2.048
Constituição de provisão	-	502
Reversão de provisão	(41)	(1.117)
Saldo final	1.392	1.433

Os ativos recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados ativos não financeiros mantidos para venda. Os bens são mensurados e contabilizados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, e destinados à alienação. O Banco mantém ações necessárias e semestralmente realiza esforços necessários para a venda desses bens.

10. Imobilizado de uso e intangível

	31/12/2021		30/06/2022			30/06/2022		Taxas anuais depreciação/amortização % (*)
	Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Adições	Transferências	Depreciação/Amortização	Custo corrigido	Taxas anuais depreciação/amortização %(*)	
Mobiliário	268	(226)	-	-	(5)	268	(231)	15,5%
Equip. de processamento de dados	316	(166)	77	-	(21)	393	(187)	35,7%
Equip. de comunicação e segurança	143	(48)	13	-	(5)	156	(53)	19,5% e 25,2%
Imobilizado de uso	727	(440)	90	-	(31)	817	(471)	
Sistemas de processamento de dados	503	(226)	-	365	(39)	868	(265)	
Sistemas de processamento de dados – em desenvolvimento	12	-	1.017	(365)	-	664	-	
Licenças e direitos autorais de uso	177	(177)	-	-	-	177	(177)	
Intangível	692	(403)	1.017	-	(39)	1.709	(442)	20,00%

(*) As taxas anuais de depreciação e amortização foram reavaliadas conforme exposto em laudo técnico, tomando por base o valor residual de 31 de dezembro de 2021, em atendimento ao exposto nas Resoluções nº 4.535/16 e 4.534/16 do CMN.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, não houve baixa de imobilizado de uso e intangível.

11. Depósitos

Em 30 de junho de 2022, os depósitos foram remunerados com taxas de 99% a 135% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (99% a 155% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). Existem /depósitos a CDI mais *spread* fixo e a prazo pré-fixado remunerado a taxas de até 14,5% ao ano (9,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). Nos depósitos existem operações com liquidez diária e outras com restrição de resgate. Os depósitos apresentam a seguinte distribuição de vencimentos:

	30/06/2022					Total
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	
Interfinanceiros	-	388.596	-	-	-	388.596
A prazo	-	10.808	20.543	13.156	245.308	289.815
Outros depósitos (a)	38	-	-	-	-	38
Total	38	399.404	20.543	13.156	245.308	678.449
Circulante						399.442
Não circulante						279.007

(a) Refere-se a saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, sem remuneração (Nota 7).

	31/12/2021					Total
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	
Interfinanceiros	-	460.073	-	-	-	460.073
A prazo	-	41.405	8.312	15.906	200.774	266.397
Total	-	501.478	8.312	15.906	200.774	726.470
Circulante						501.478
Não circulante						224.992

No semestre findo em 30 de junho de 2022 as operações de captação no mercado geraram despesas de R\$35.404 (R\$6.138 em 30 de junho de 2021).

12. Obrigações por empréstimos e repasses

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2023.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: pré-fixadas de 5,12% a.a. até 5,52% a.a.

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2027.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 8,43% a.a. a 9,27% a.a., com as variações do indexador TJLP; (b) nas operações pós-fixadas de 15,50% a.a. a 15,61% a.a., com as variações do indexador SELIC; (c) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a.; (d) operações pós-fixadas de 6,14% a.a. a 6,24% a.a., com as variações do indexador TLP/IPCA.

	30/06/2022				
	Circulante			Não circulante	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total	Acima de 12 meses	Total
Repasses do País – BNDES	605	1.600	2.205	-	2.205
Repasses do País – FINAME	45.468	137.211	182.679	361.984	544.663
Total	46.073	138.811	184.884	361.984	546.868

	31/12/2021				
	Circulante			Não circulante	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total	Acima de 12 meses	Total
Repasses do País – BNDES	1.110	2.133	3.243	1.000	4.243
Repasses do País – FINAME	39.044	119.061	158.105	314.028	472.133
Total	40.154	121.194	161.348	315.028	476.376

No semestre findo em 30 de junho de 2022 as obrigações por empréstimos e repasses geraram despesas de R\$27.021 (R\$14.098 em 30 de junho de 2021).

13. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

O Banco possui o seguinte montante de ações judiciais com perda provável e possível, com valores atualizados até 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Natureza	30/06/2022					
	Provável		Riscos cíveis e trabalhistas Possível		Depósitos judiciais (Nota 9)	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Trabalhista	840	4	2.105	3	123	10
Total	840	4	2.105	3	123	10

Natureza	31/12/2021					
	Provável		Riscos cíveis e trabalhistas Possível		Depósitos judiciais (Nota 9)	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Trabalhista	840	4	1.997	2	123	10
Total	840	4	1.997	2	123	10

	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Depósitos judiciais (Nota 9)	123	-	123	-
Provisão para riscos trabalhistas	840	-	840	-

Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	840	683
Constituição de provisão	-	157
Saldo final	840	840

14. Obrigações fiscais correntes e diferidas

	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	5.636	8.499
Impostos e contribuições diferidos	56	56
Total	5.692	8.555
Circulante	5.692	8.555

15. Outros passivos

	30/06/2022	31/12/2021
Fornecedores e outros credores diversos (a)	8.684	768
Salários e encargos	1.321	996
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.473	1.218
Fiscais e previdenciárias (b)	979	872
Sociais e estatutárias	586	2.915
Outras obrigações diversas (c)	224	119
Total	13.267	6.888
Circulante	13.251	6.859
Não circulante	16	29

- (a) Do montante, R\$7.457 refere-se a comissões por financiamento, que representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras Empresas Randon. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticada pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendedor, CDC e Comprador (*Floor Plan*), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as Empresas Randon. Considerando a alteração prevista na Resolução BCB nº 92 de 06 de maio de 2021, art. 9º, os saldos referentes a essas comissões por financiamento, que eram classificados no grupo Resultado de exercícios futuros até 31 de dezembro de 2021 (Nota 16), foram reclassificados para o grupo de Outras obrigações - Diversas - Credores diversos - País, a partir de janeiro de 2022. Os demais montantes referem-se a outros fornecedores.
- (b) Refere-se a impostos e contribuições a recolher.
- (c) Refere-se a outras provisões para pagamentos a efetuar, sendo elas outras despesas administrativas e outros pagamentos.

16. Resultado de exercícios futuros

	30/06/2022	31/12/2021
Comissão por financiamento	-	5.762
Total	-	5.762

Considerando a alteração prevista na Resolução BCB nº 92 de 06 de maio de 2021, art. 9º, os saldos referentes a essas comissões por financiamento, que eram classificados no grupo Resultado de exercícios futuros até 31 de dezembro de 2021, foram reclassificados para o grupo de Outras obrigações - Diversas - Credores diversos - País a partir de janeiro de 2022 e estão demonstrados na Nota 15 a.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2022, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$235.000 (R\$185.000 em 31 de dezembro de 2021), representado por ações ordinárias e preferenciais de domiciliados no país, todas nominativas e sem valor nominal, com a seguinte divisão:

	30/06/2022	31/12/2021
Ordinárias	114.419.012	92.097.583
Preferenciais	114.419.012	92.097.583
Total	228.838.024	184.195.166

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de março de 2022 e homologada junto ao BACEN em 12 de maio de 2022, foi autorizado o aumento do capital social em R\$50.000, mediante a emissão de 22.321.429 ações ordinárias e 22.321.429 ações preferenciais. O valor total foi integralizado em 03 de março de 2022.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de março de 2021 e homologada junto ao BACEN em 16 de abril de 2021, foi autorizado o aumento do capital social em R\$50.000, mediante a emissão de 23.148.148 ações ordinárias e 23.148.148 ações preferenciais. O valor total foi integralizado em 11 de março de 2021.

b) Dividendos

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago ou creditado tendo por base a data da publicação da Ata de Assembleia Geral que aprovar as contas do respectivo exercício, conforme prazo definido no Estatuto Social.

Em 28 de abril de 2022, foram pagos dividendos obrigatórios, no montante de R\$2.305, além de dividendos complementares, no montante de R\$411, os quais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2022, relativos à data-base de 31 de dezembro de 2021.

No 1º semestre de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram pagos dividendos aos acionistas conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do semestre/exercício	2.305	1.987
Dividendos complementares provisionados	411	397
Dividendos provisionados	-	2.305
Pagamentos realizados no semestre/exercício	(2.716)	(2.384)
Saldo atual no semestre/exercício	-	2.305
Dividendo por lote de mil ações - R\$	-	0,013

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. Conforme regulamentado na Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 30 de junho de 2022.

d) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constitução da reserva legal, e destina-se a investimentos e à manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

18. Receita da intermediação financeira – operações de crédito

	30/06/2022	30/06/2021
Empréstimos	1.476	1.256
Direitos creditórios descontados	6.262	3.838
Financiamentos	81.096	34.687
Recuperação de prejuízo (Nota 8.g)	5	84
Total	88.839	39.865

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no ano (R\$240 no semestre).

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 30 de junho de 2022 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias, que foram as seguintes: de 25% para o imposto de renda, e para a contribuição social de 20%. A alíquota da contribuição social será majorada para 21% no período de 1º de agosto de 2022 à 31 de dezembro de 2022. A partir de janeiro de 2023 a alíquota da contribuição social retornará para 20%.

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	12.043	10.374
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente	(5.420)	(4.668)
Adições permanentes	(49)	(20)
Exclusões permanentes	120	72
Outros ajustes	34	135
Total	(5.315)	(4.481)
IRPJ e CSLL provisão corrente	(7.412)	(4.327)
IRPJ e CSLL provisão diferida	-	(2)
IRPJ e CSLL ativo diferido	2.097	(152)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(5.315)	(4.481)
Alíquota efetiva	44%	43%

b) Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários em 30 de junho de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2022
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.305	5.767	(4.774)	7.298
Receitas diferidas	2.593	17.028	(16.250)	3.371
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	52	239	(22)	269
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	450	-	-	450
Provisão para riscos trabalhistas	378	-	-	378
Outros	240	138	(29)	349
Ativo fiscal diferido	10.018	23.172	(21.075)	12.115

	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.036	8.073	(6.804)	6.305
Receitas diferidas	941	14.486	(12.834)	2.593
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	75	314	(337)	52
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	921	32	(503)	450
Provisão para riscos trabalhistas	308	70	-	378
Outros	272	346	(378)	240
Ativo fiscal diferido	7.553	23.321	(20.856)	10.018

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	30/06/2022	31/12/2021
2022	3.995	4.111
2023	1.193	2.305
2024	6.800	3.585
2025	20	17
2026	-	-
Mais de 5 anos	107	-
Total	12.115	10.018

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 14,21% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$9.652 (R\$8.288 em 31 de dezembro de 2021 à taxa de 10,44% a.a.).

Em atendimento ao Art. 20, § 2º, V da Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos estão apresentados no ativo não circulante.

20. Outras despesas administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de processamento de dados	5.082	2.121
Despesas de serviços técnicos especializados	4.465	1.493
Participação dos empregados	520	455
Despesas de serviços do sistema financeiro	187	142
Despesas de viagem no país	126	15
Despesas de promoções e relações públicas	103	108
Despesas de comunicação	94	105
Despesas de aluguéis	93	86
Despesas de contribuições filantrópicas	89	5
Outras despesas administrativas	276	260
Total	11.035	4.790

21. Transações com partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo					
	Títulos e créditos a receber		Outros Créditos		Diversos	
	30/06/2022	31/12/2021	Provisão		30/06/2022	31/12/2021
			30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Randon S.A. Implementos e Participações	8.263	8.650	(41)	(43)	-	14
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	-	-	-	12
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	11.512	54.890	(57)	(274)	-	-
Fras-le S.A.	3.096	4.634	(15)	(23)	-	-
Freios Controil Ltda.	45	394	-	(2)	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	444	1.420	(2)	(7)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	996	4.926	(5)	(25)	-	1
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	18	-	-	-	-
Randon Triel HT Implementos Rodoviários Ltda.	129	54	(1)	-	-	-
CNCS Indústria Metalúrgica Ltda.	-	1.318	-	(7)	-	-
Randon Implementos Para o Transporte Ltda.	1.083	-	(5)	-	-	-
Randon Tech Solutions Industry Ltda.	83	-	-	-	-	-
Randon Messias Implementos Para o Transporte Eireli	105	-	(1)	-	-	-
Fundituba Indústria Metalúrgica Ltda.	193	-	(1)	-	-	-
Ferrari Indústria Metalúrgica Ltda.	735	-	(4)	-	-	-
Total	26.684	76.304	(132)	(381)	-	27

	Passivo							
	Depósitos a prazo		Outros depósitos		Credores diversos (*)		Bônus por financiamento (**)	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2021	31/12/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	(87.310)	(113.004)	-	-	-	(1)	-	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(32.371)	(14.046)	-	-	-	(6)	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	(3.655)	(2.554)	-	-	-	-	-	-
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	-	(10.210)	-	-	-	-	-	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	-	(7)	(7)	-	-
Nakata Automotiva Ltda.	(55.192)	-	-	-	-	-	-	-
RVC Venture Capital Partic. e Investimentos Ltda.	(6.118)	-	-	-	-	-	-	-
Randon S/A Holding	-	-	-	-	(565)	-	-	-
Empresas Randon	-	-	-	-	(7.457)	-	-	(5.762)
Pessoas físicas	(1.251)	(82)	(5)	-	-	-	-	-
Total	(185.897)	(139.896)	(5)	-	(8.029)	(14)	-	(5.762)

(*) O montante de R\$ 7.457 refere-se ao saldo de Bônus por financiamento que eram classificados no grupo Resultado de exercícios futuros até 31 de dezembro de 2021 e que foram reclassificados para o grupo de Outras obrigações - Diversas - Credores diversos - País a partir de janeiro de 2022, considerando a alteração prevista na Resolução BCB nº 92, art 9º, de 06 de maio de 2021, art. 9º, demonstradas na Nota 15 a.

(**) Refere-se à equalização de taxa paga pelas Empresas Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendedor, Compror (Floor Plan) e CDC (Nota 16).

	Resultado							
	Depósitos a prazo		Dívida subordinada		Despesa Administrativas		Provisão para outros créditos diversos	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Randon S.A. Implementos e Participações	(2.193)	(347)	-	(189)	(3.315)	(924)	-	(6)
Randon Implementos Para o Transporte Ltda.	-	-	-	-	-	-	(5)	-
Randon Messias Implementos Para o Transporte Eireli	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(1.340)	(727)	-	-	(2.009)	(437)	-	-
RVC Venture Capital Partic. e Investimentos Ltda.	(118)	-	-	-	-	-	-	-
Nakata Automotiva Ltda.	(1.207)	-	-	-	-	-	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	(186)	-	-	-	3	-	-	-
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	(470)	-	-	-	(1)	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
RAR Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	-	-	(5)	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(10)
Fras-le S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Freios Control Ltd.	-	-	-	-	-	-	-	(4)
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(17)
Rasip Alimentos Ltda.	-	-	-	-	-	1	-	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	-	(45)	(45)	-	-
Ferrari Indústria Metalúrgica Ltda	-	-	-	-	-	-	(4)	-
Fundituba Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Pessoas físicas	(27)	-	-	-	-	-	-	-
Total	(5.541)	(1.074)	-	(189)	(5.374)	(1.407)	(11)	(40)

	Resultado					
	Bônus por financiamento		Receita Prestação de serviços		Outras receitas operacionais – Reversão provisão	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Randon S.A. Implementos e Participações	-	-	8	20	2	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	2	5	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	5	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	8	9	20	1
Fras-le S.A.	-	-	2	9	8	-
Freios Control Ltd.	-	-	1	2	2	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	8	7	217	1
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-
Randon Messias Implem. Para o Transporte Ltda.	-	-	5	-	-	-
CNCS Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	7	-
Empresas Randon	35.843	9.575	-	-	-	-
Total	35.843	9.575	32	54	261	2

As operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$867 (R\$988 em 30 de junho de 2021), referente a benefícios de curto prazo. Os benefícios de longo prazo em 30 de junho de 2022 são representados por R\$25 (R\$65 em 30 de junho de 2021) e referem-se ao plano de previdência, conforme descrito na Nota 26.

O Banco não disponibiliza benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

22. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

23. Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, a apuração do Índice de Basileia é realizada de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial Randon.

Segue abaixo o cálculo dos principais índices:

	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	308.592	283.135
Nível I (NI)	308.592	283.135
Capital Principal (CP)	308.592	283.135
Capital social	265.000	215.000
Reservas de capital	23.962	43.266
Lucros acumulados	28.069	28.261
Ganhos não realizados de ajuste de avaliação patrimonial	422	418
Ajustes prudenciais	(8.861)	(3.810)
Ativos ponderados pelo risco	1.980.492	1.378.722
Risco de crédito	1.545.189	1.000.716
Risco de mercado	1.088	2.491
Risco operacional	434.215	375.515
Valor do capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária	12.459	12.431
Margem de capital (*)	150.153	172.837
Índice de Basileia	15,58%	20,54%
Capital Nível I	15,58%	20,54%
Capital Principal	15,58%	20,54%

(*) Margem de capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

24. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Banco em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nos 4.327/14 e 4.557/17, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e socioambiental utilizados pelo Banco. As tabelas aplicáveis ao Banco Randon do Relatório de Pilar 3 encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br (não auditado).

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Banco decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Banco adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. As exposições de risco de mercado do Banco são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio da instituição.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do Banco mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Banco utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme Circular nº 3.640/13 do BACEN.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco Socioambiental

Entende-se por Risco Socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Com o objetivo de mitigar a exposição a esse risco, o Banco criou a Política de Responsabilidade Socioambiental em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14, e incorporou essa variável em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

25. Análise de sensibilidade

Em atendimento as exigências do art. 35 da Resolução BCB nº 2/20, apresentamos três cenários para a análise de sensibilidade. Para definição destes cenários, utilizamos premissas considerando o momento atual da economia, e o histórico dos últimos 11 anos respeitando as variações dos períodos e conforme a natureza de cada conta, que pode ocorrer nos principais itens de balanço:

- Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- Carteira de crédito: variação quanto a qualidade da carteira para fins da provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito:
 - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: possíveis variações visto as incertezas que se encontram no mercado e na economia;
 - Créditos tributários: resultado das movimentações ocorridas nos itens e cenários acima descritos.

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Resultado da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 12%	Aumento de 23%	Aumento de 35%
Efeito no resultado	(3.841)	7.361	11.202
Item sensibilizado	Carteira de crédito – Variação PCLD		
Premissa	Melhora de 7%	Piora de 14%	Piora de 21%
Efeito no resultado	989	(1.978)	(2.967)
Item sensibilizado	Provisão para risco cíveis e trabalhistas		
Premissa	Piora de 10%	Piora de 20%	Piora de 30%
Efeito no resultado	(84)	(168)	(252)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Redução de 13%	Aumento de 26%	Aumento de 39%
Efeito no resultado	(1.575)	3.150	4.725

26. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é patrocinador de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira aos empregados das Empresas Randon.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2021 e foi realizada por atuários independentes. Para o semestre findo em 30 de junho de 2022 não houve mudança no plano, no número de participantes e nas premissas que compõem a base atuarial. As contribuições efetuadas no semestre montaram R\$80 (R\$112 em 30 de junho 2021). O montante a pagar das contribuições mensais à Randonprev em 30 de junho de 2022 é de R\$26 (R\$23 em 31 de dezembro de 2021), registrado na rubrica de "Outras obrigações".

27. Cobertura de seguros (não auditado)

Em 30 de junho de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$50.648 para danos materiais (R\$50.648 em 31 de dezembro de 2021).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Resultado não recorrente

	30/06/2022	30/06/2021
Eventos não recorrentes		
Efeito da alteração de alíquota de CSLL	(22)	(123)
Resultado não recorrente	(22)	(123)

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon

Vice-Presidente: Jaime Marchet

Conselheiro: Geraldo Santa Catharina

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor Administrativo: Augusto Giongo Letti

Diretor Comercial: David Jose Teixeira Felix

Contadora
Renata Elisa Zini Gil
CRC/RS-073143/O-1